

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT21.015

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DE PERNAMBUCO E A PERCEÇÃO DOS ESTUDANTES BRASILEIROS SOBRE A REFORMA

Daniele Soares da Silva¹
Dr. José Nildo Alves Caú²

RESUMO

O presente artigo propõe mapear as produções acadêmicas sobre a reforma do Ensino Médio no contexto do estado de Pernambuco, explorar estudos sobre a percepção dos discentes brasileiros e examinar as últimas atualizações realizadas na reforma por meio do projeto de Lei 5.230/2023. Situado no campo de políticas públicas, o estudo proposto subsidia na construção teórica e analítica do projeto de pesquisa de mestrado que objetiva investigar a percepção dos estudantes de uma Escola Técnica Estadual (ETE) em Pernambuco sobre a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) Integrado³. Para construção das reflexões foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa ancorada no materialismo histórico dialético, visando compreender as relações sociais, históricas e econômicas que influenciam as mudanças no sistema educacional. A análise dos estudos revelou uma convergência crítica entre pesquisadores e participantes, apontando para políticas curriculares

- 1 Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, Professora de Educação Profissional e Tecnológica no estado de Pernambuco, dani100soares@gmail.com;
- 2 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, caunildo@recife.ifpe.edu.br;
- 3 Projeto de pesquisa “A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM PERNAMBUCO: PERCEÇÃO A PARTIR DA VIVÊNCIA DOS ESTUDANTES DE UMA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL” apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE;



verticais e descontextualizadas, promoção do individualismo e da competitividade, estratégias estatais para controlar as manifestações dos trabalhadores, submissão do currículo à lógica capitalista, além de precarização do trabalho e mercantilização da vida por meio do incentivo ao empreendedorismo. Identificou-se ainda lacunas na comunicação entre os órgãos responsáveis e o público-alvo da política e ausência de participação pública nas consultas para a construção da lei. Adicionalmente, observou-se a falta de análises pós-implementação do NEM em Pernambuco, especialmente nas ETEs e lacuna de investigação sobre a percepção dos estudantes, o que ressalta a urgência de envolver ativamente os alunos nas discussões e implementações das reformas curriculares.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio Integrado. Percepção dos estudantes. Educação Profissional e Tecnológica. Pernambuco

INTRODUÇÃO

Em 2022, o Novo Ensino Médio (NEM) passou a ser substancialmente implementado em Pernambuco e em mais 24 estados brasileiros. Desde então, pesquisadores e estudiosos de diversas regiões do país vêm analisando seus fundamentos, narrativas e efeitos no processo de escolarização das juventudes. Entre as alterações mais significativas e, ao mesmo tempo, objetos de questionamento, destacam-se a redução dos conteúdos da educação básica, a flexibilização curricular, que permite aos estudantes a “escolha” de parte dos componentes a serem cursados por meio dos itinerários formativos; o aumento da carga horária do Ensino Médio; a retirada da obrigatoriedade de alguns componentes curriculares nos três anos do Ensino Médio; integração entre formação profissional e regular; e a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Como base para construção teórica e analítica do projeto de pesquisa de mestrado que objetiva investigar a percepção dos estudantes de uma Escola Técnica Estadual em Pernambuco sobre a implementação do Novo Ensino Médio Integrado, o presente estudo realizou uma revisão bibliográfica sobre a política, mais especificamente no contexto do estado de Pernambuco, com o objetivo de mapear as produções científicas sobre o tema.

Considerando a ausência de pesquisas que investigam a percepção dos estudantes pernambucanos sobre a contrarreforma – o que levanta uma preocupação significativa, por indicar a falta de compreensão aprofundada sobre o impacto dessa reforma na experiência educacional dos alunos –, decidiu-se por uma busca mais ampla, incluindo, adicionalmente, análises de pesquisas que investigam a percepção dos discentes de outros estados brasileiros.

Por fim, reservamos um espaço para examinar as últimas atualizações realizadas na reforma por meio do projeto de Lei 5.230/2023 e a recente promulgação da Lei 14.495/2024, em 31 de julho de 2024. Essa nova legislação reformula o Novo Ensino Médio e entrará em vigor em 2025.

Ao analisar estudos sobre a reforma do Ensino Médio, observamos uma postura crítica entre pesquisadores e profissionais da educação. No entanto, em Pernambuco, a maioria das análises ocorreu em fases iniciais da implementação, revelando uma lacuna que demanda uma investigação mais profunda sobre o contexto atual. Além disso, faltam pesquisas sobre as Escolas Técnicas Estaduais e as percepções dos estudantes em relação à reforma. Essa ausência de escuta

dos alunos nas discussões curriculares representa um desafio e reforça a necessidade de inseri-los na construção de políticas educacionais.

METODOLOGIA

Para construção das reflexões foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa ancorada no materialismo histórico dialético, visando compreender as relações sociais, históricas e econômicas que influenciam as mudanças no sistema educacional. Nessa perspectiva, foram selecionados estudos que utilizaram esta mesma abordagem.

As fontes foram identificadas por meio de consultas em repositórios acadêmicos amplos e com boa representatividade no campo científico brasileiro como o Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES, Repositório da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Repositório Digital da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Repositório do ProfEPT.

Inicialmente, adotamos os seguintes descritores como critérios de pesquisa: “novo ensino médio” / “reforma do ensino médio” / “Lei 13.415/2017” e Pernambuco. Em seguida, utilizamos: “novo ensino médio” / “reforma do ensino médio” / “Lei 13.415/2017” e na voz / visão / fala / pensam estudantes. Utilizamos as aspas para restringir a busca ao termo exato do descritor, o que reduziu consideravelmente o número de ocorrências divergentes.

Com base nas buscas realizadas, obtivemos os seguintes resultados quantitativos:

Tabela 1 - Resultados da busca nos repositórios com os descritores: “novo ensino médio” / “reforma do ensino médio” / “Lei 13.415/2017” e Pernambuco

Repositório	Ocorrências	Artigos	Dissertações	Teses
Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES	9	-	7	2
Portal de Periódicos da CAPES	9	9	-	-
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	14	-	9	5
Repositório Digital da UFPE	833	-	-	-
Repositório ProfEPT	0	-	-	-

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

No Repositório da UFPE, constatamos não haver a opção de utilizar aspas para delimitar termos de busca, e os filtros para tipos de documentos não funcio-

nam corretamente, tornando inviável a classificação devido ao grande volume de ocorrências, sendo a maioria delas, fora dos descritores da busca.

Tabela 2 - Resultados da busca nos repositórios com os descritores: “novo ensino médio” / “reforma do ensino médio” / “Lei 13.415/2017” e **na voz / visão / fala / pensam estudantes**

Repositório	Ocorrências	Artigos	Dissertações	Teses
Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES	10	-	8	2
Portal de Periódicos da CAPES	1	1	-	-
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	33	-	20	13
Repositório Digital da UFPE	0	-	-	-
Repositório ProfEPT	0	-	-	-

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Após a primeira busca nos repositórios, analisamos todos os títulos dos trabalhos e excluímos aqueles que não tinham relação com o novo Ensino Médio no estado de Pernambuco. Para organização dos estudos encontrados, criamos um banco de dados eletrônico intitulado “Catalogação do Estado da Arte”, especificando o ano da publicação, autor(es), título, tipo do documento e instituição.

Sobre o novo Ensino Médio no estado de Pernambuco, localizamos 17 trabalhos, sendo 1 tese, 7 dissertações, 6 artigos e 3 trabalhos de conclusão de curso (TCC). Sobre a percepção dos estudantes brasileiros, localizamos 4 estudos, sendo 3 dissertações e 1 artigo.

A partir dos trabalhos identificados, efetuamos uma terceira etapa de filtragem, desta vez adotando o critério de alinhamento dos estudos com o escopo da pesquisa. Assim, optamos por excluir os trabalhos que se concentram especificamente na área de ensino, bem como aqueles que se dedicam à análise de componentes curriculares ou áreas de conhecimento isoladas no contexto da reforma do Ensino Médio.

Procedemos com a leitura dos resumos dos trabalhos selecionados e com a análise das palavras-chave e a estrutura do referencial teórico, buscando identificar contribuições relevantes para o nosso estudo e lacunas ou limitações no conhecimento existente. Dessa forma, selecionamos para análise 2 estudos que trazem considerações importantes sobre o contexto histórico e político da reforma, 7 estudos específicos sobre a reforma do Ensino Médio no estado de Pernambuco e os 4 estudos que analisam as percepções dos estudantes brasileiros sobre a política.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das leituras realizadas, percebemos que o diálogo em torno do novo Ensino Médio está centrado nos seguintes pontos: 1) contexto histórico e político da reforma; 2) articulações do novo Ensino Médio com o mundo do trabalho; 3) impactos no trabalho docente; e 4) impactos na formação das juventudes. Considerando os objetivos desta pesquisa, focalizaremos nossa análise nos itens 1, 2 e 4. Nas seções seguintes, analisamos as pesquisas e detalhamos os principais pontos que enriquecem a compreensão e discussão do tema em questão.

A LEI N.º 13.415/2017 E SEU CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO

Em relação ao contexto histórico e político da contrarreforma, observa-se em todos os estudos analisados a investigação de suas bases, destacando o período e o modo como foi implementada: durante o governo controverso do presidente Michel Temer (2016-2018), na gestão de Mendonça Filho no Ministério da Educação (MEC), por meio da publicação da Medida Provisória (MP) n.º 746/2016, que mais tarde foi convertida na Lei n.º 13.415/2017.

Este ato unilateral do governo, aliado à urgência com que foi aprovado, foi alvo de críticas por diversas frentes, resultando em numerosos protestos de sindicatos, professores e estudantes, visto que a Medida desconsiderou anos de debates acumulados em torno de propostas que propunha a reformulação do Ensino Médio no país e a política do Ensino Médio Integrado. Dos estudos examinados, 3 trouxeram considerações relevantes sobre a reforma e seu contexto histórico-político, todos foram conduzidos no estado de Pernambuco.

Quadro 1 - Trabalhos analisados sobre o contexto histórico-político da contrarreforma do Ensino Médio (continua)

N	Ano	Autor principal	Título	Tipo	Repositório
1	2021	SILVA, Jamerson	REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO: A NOVA FACE DA MODERNIZAÇÃO-CONSERVADORA NEOLIBERAL	ARTIGO	Periódicos da CAPES
2	2021	SANTOS, Sayarah C. M.	A dualidade na educação brasileira a partir da contrarreforma do ensino médio de 2016/2017	DISSERTAÇÃO	Repositório Digital da UFPE - ATTENA

N	Ano	Autor principal	Título	Tipo	Repositório
3	2020	NOGUEIRA, Josefa U. A.	A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO EM TEMPOS DE REFUNACIONALIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO (LEI 13.415/2017): desdobramentos na rede estadual de Pernambuco e suas implicações ao processo de escolarização	DISSERTAÇÃO	Repositório Digital da UFPE - ATTENA

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Santos (2021) destaca que a contrarreforma do Ensino Médio faz parte do pacote de outras contrarreformas da gestão neoliberal do governo golpista, que passou a orientar um conjunto de medidas institucionais nos mais diversos setores da política governamental. E cita: a) A Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017), que introduziu flexibilizações nas relações de trabalho e na proteção de direitos, favorecendo os empregadores em detrimento dos trabalhadores; b) A Emenda Constitucional n.º 95/2016, que estabeleceu o teto dos gastos públicos, impondo limitações de investimento em saúde e educação por um período de 20 anos, visando assegurar o pagamento de juros e amortizações da dívida pública; c) A Reforma da Previdência (PEC n.º 287/2016), promovida pelos setores bancários e empresariais, que introduziu alterações que fortalecem os interesses do capital, prejudicando o direito à aposentadoria dos trabalhadores.

Essas políticas fazem parte de um conjunto de propostas chamado de “Ponte para o Futuro” elaborado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) - do qual Temer fez parte - antes do golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff. Quando assumiu a presidência, muitas das propostas foram incorporadas em seu governo, gerando intensos debates por favorecerem interesses empresariais em detrimento aos direitos trabalhistas.

Nessa perspectiva, Nogueira (2020) parte do pressuposto que a contrarreforma do Ensino Médio é considerada uma parte integrante de um contexto mais abrangente de redefinição do papel do Estado brasileiro, iniciado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e intensificado a partir de 2016 com o retorno da direita a presidência, com grande apoio da mídia e do empresariado. Do mesmo modo, Silva (2021) aponta que a reforma representa uma fase da modernização conservadora neoliberal, resultado de mudanças graduais promovidas por diversos governos desde a década de 1990, que remodelaram institucionalmente a oferta educacional, adotando o para-

digma das aprendizagens flexíveis. Com base nos estudos, inferimos que por trás de um discurso apresentado como inovador, a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) revela-se como uma retomada de antigas abordagens, reafirmando as finalidades das políticas curriculares da década de 1990. Essas propostas mantêm um caráter pragmático, centrado nas competências e habilidades voltadas para a inserção no “mercado”⁴ de trabalho dos menos privilegiados em funções de baixa complexidade, reforçando a dualidade histórica da educação brasileira.

Destaca-se na pesquisa de Santos (2021), o espaço de dualismo na educação marcado pelo recorte de classe, onde se reconhece a existência de duas escolas: uma destinada à classe trabalhadora e outra destinada às elites do país. Este dualismo é fruto do modo de produção social vigente, que também estabelece uma organização e concepção de educação. Segundo a autora,

Para compreender a educação, é preciso entender que, na sociedade capitalista, ela está assentada na forma de trabalho assalariado, que baseia seu sistema de produção na relação proprietário dos meios de produção e possuidores da força de trabalho, em outras palavras, classe burguesa e classe trabalhadora. E é a classe dos trabalhadores que vende força de trabalho como uma mercadoria para a classe capitalista que a compra, a fim de produzir mais-valia e gerar capital (Santos, 2021, p. 33).

Nesse contexto, é essencial reconhecer que a divisão social do trabalho possui profundas implicações para o campo da educação. Como as funções e papéis são distribuídos no sistema produtivo reflete diretamente na maneira como o sistema educacional é estruturado e experimentado.

Sob esse mesmo ponto de vista, Nogueira (2020) analisa o processo de reestruturação produtiva nacional e internacional e evidencia que as mudanças macroeconômicas mundiais promovem tanto a adoção de novos métodos na produção de bens e serviços, caracterizada por uma abordagem flexível e enxuta, quanto na intensificação da exploração do trabalho. Essas transformações resultaram em consequências que continuam perceptíveis na sociedade

4 A expressão “mercado de trabalho” sugere uma conotação predominantemente econômica, retratando o ser humano como uma mercadoria na dinâmica entre empregador e empregado. Na produção acadêmica na área da Educação Profissional optamos por empregar a expressão “mundo do trabalho”, uma vez que ela abrange relações mais amplas, reconhecendo o indivíduo como um ser interligado por relações e necessidades que vão além do puramente econômico. Essa escolha linguística reflete a nossa intenção de reconhecer a complexidade das interações humanas no contexto laboral.

contemporânea, afetando diversos setores, em destaque a educação. Ainda segundo a autora, quanto às diretrizes gerais estabelecidas pela Lei n.º 13.415/2017, tornou-se evidente que estas servem aos interesses dos reformadores empresariais e a uma agenda mais abrangente de contrarreformas que está sendo implementada globalmente. Essas reformas estão diretamente alinhadas com a necessidade de expandir a hegemonia capitalista, mediadas por organizações internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Silva (2021) destaca que o estado de Pernambuco tem se destacado como um dos exemplos mais bem-sucedidos da modernização neoliberal na educação do país. No contexto da reforma do Ensino Médio, Pernambuco foi um dos primeiros estados a iniciar a implementação. O acumulado de várias medidas incrementais, visando à ampliação da jornada escolar no Ensino Médio, juntamente com as políticas de modernização gerencial, forneceram a base para transformações mais profundas que agora ganham nova forma institucional com a atual reforma.

Na seção seguinte, analisamos os estudos relacionados à contrarreforma do Ensino Médio especificamente no estado de Pernambuco.

A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Em 2018, em consonância com as reformas empresariais na educação promovidas pelo governo federal, o estado de Pernambuco implementou uma nova política curricular para o Ensino Médio. Essa política incluiu a introdução de elementos como o “Projeto de Vida” e disciplinas eletivas, além da ampliação da oferta do componente curricular de Empreendedorismo, que já fazia parte da grade curricular das escolas em tempo integral.

Em dezembro de 2021, foi divulgado o Novo Currículo de Pernambuco para o Ensino Médio, alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e aos itinerários formativos estabelecidos pela Lei n.º 13.415/2017. No ano seguinte, em 2022, foi publicado o novo currículo da Educação Profissional em Pernambuco que abrangeu a Educação Profissional Subsequente, a Educação a Distância (EaD) e a Educação Profissional Integrada, transformando esta última em um Itinerário Formativo de Formação Técnica e Profissional.

No que diz respeito à contrarreforma do Ensino Médio em Pernambuco, foram selecionados 7 estudos para exame, incluindo 3 artigos, 2 dissertações, 1 tese e 1 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A análise desses estudos será apresentada a seguir.

Quadro 2 - Trabalhos analisados sobre a contrarreforma do Ensino Médio no estado de Pernambuco

N	Ano	Autor principal	Título	Tipo	Repositório
1	2024	VICENTE, Guilherme Monteiro	"Novo" ensino médio: a escolha dos itinerários formativos nas escolas públicas estaduais de alguns municípios do Agreste pernambucano.	TCC	Repositório Digital da UFPE - ATTENA
2	2023	ALMEIDA, Lucinalva A.A. <i>et al.</i>	Políticas curriculares no novo Ensino Médio de Pernambuco: sentidos constituídos em disciplinas eletivas	ARTIGO	Periódicos da CAPES
3	2023	BARBOSA, Leandro de Fontes	A formação para o empreendedorismo na política educacional do Ensino Médio em Pernambuco e suas mediações com a hegemonia neoliberal	TESE	Repositório Digital da UFPE - ATTENA
4	2022	BEZERRA, Almir Antonio	Políticas de reformulações curriculares para/no ensino médio: configurações e sentidos de itinerários formativos a partir da Lei 13.415/2017 em escolas em tempo integral no Agreste Pernambucano	DISSERTAÇÃO	Repositório Digital da UFPE - ATTENA
5	2023	LIMA, Maria C. S. <i>et al.</i>	Novo Ensino Médio em Pernambuco: construção do currículo a partir dos itinerários formativos	ARTIGO	Periódicos da CAPES
6	2021	SILVA, Jamerson	Reforma do Ensino Médio em Pernambuco: A Nova Face da Modernização-Conservadora Neoliberal	ARTIGO	Periódicos da CAPES
7	2020	NOGUEIRA, Josefá	A Contrarreforma do Ensino Médio em Tempos de Refuncionalização do Estado Brasileiro (Lei 13.415/2017): desdobramentos na rede estadual de Pernambuco e suas implicações ao processo de escolarização	DISSERTAÇÃO	Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES

Fonte: Elaborada pela própria autora (2024)

A pesquisa realizada por Vicente (2024) teve como objetivo compreender os critérios de seleção dos Itinerários Formativos nas escolas estaduais de Pernambuco, dentro do contexto da Reforma do Novo Ensino Médio. Para isso, foram entrevistados gestores de cinco escolas localizadas no Agreste pernambucano. Os resultados indicam que a implementação dos itinerários formativos ocorreu de maneira desorganizada, evidenciando uma falta de apoio e clareza por parte da Secretaria de Educação. Essa ausência de coordenação resultou em dificuldades significativas para os gestores, que não tinham certeza sobre as melhores práticas a serem adotadas na implementação das novas diretrizes. Além disso, a pesquisa revelou que a carga horária dos professores foi o principal fator considerado na escolha das trilhas formativas. Isso sugere que as decisões sobre o que deve ser ensinado estão mais centradas nas condições de trabalho dos educadores do que nas necessidades e interesses dos alunos. Assim, os estudantes acabam sendo os últimos a serem consultados em relação às suas preferências de aprendizado, o que pode comprometer a relevância dos itinerários formativos propostos.

O estudo de Almeida, Bezerra e Lins (2023), analisa as configurações e sentidos dos Itinerários Formativos relacionados às disciplinas eletivas em escolas de Referência em Ensino Médio no agreste de Pernambuco no contexto do novo Ensino Médio. A metodologia envolve a seleção de duas escolas, oito professores e 171 estudantes para participarem de questionários e entrevistas.

Explorando como o neoliberalismo impacta os sentidos do currículo, o trabalho nega as políticas curriculares contextuais e sugere que as políticas neoliberais são decisões políticas estabelecidas a partir de um ponto nodal, buscando estabilizar discursos e identidades. O texto destaca que os Itinerários Formativos se concentram principalmente no empreendedorismo, considerado uma tecnologia política para a preparação de mão de obra e a formação de trabalhadores autônomos e flexíveis. Isso ocorre em um contexto de incerteza no mercado de trabalho, onde a ideia é formar jovens responsáveis por sua própria empregabilidade.

A conclusão enfatiza que o neoliberalismo se manifesta na educação por meio de políticas curriculares verticalizadas, buscando desenvolver a subjetividade neoliberal por meio de movimentos formativos de jovens empreendedores. E argumentam ainda que isso é feito por meio de discursos enganosos sobre a produção de educação de qualidade e a preparação dos jovens para o mercado

de trabalho. A Lei n.º 13.415/2017, que regulamenta a reforma do Ensino Médio no Brasil, é apresentada como parte desse movimento.

A tese de Barbosa (2023), aborda a disputa de hegemonia nas políticas educacionais para o Ensino Médio em Pernambuco, analisando a contestação de professores e estudantes em relação à direção intelectual e moral adotada pelo governo estadual, pautada em modelos empresariais. Os objetivos da pesquisa incluem a análise do movimento orgânico de professores e alunos, a identificação de pontos de tensão entre os atores envolvidos, a investigação da participação em organismos de classe, e a análise da interação entre direção e base. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com 33 participantes, incluindo discentes envolvidos em ocupações, representantes estudantis, professores, dirigentes sindicais, além da análise de documentos oficiais. A fundamentação teórica é ancorada nos estudos de Gramsci sobre Hegemonia, Estado ampliado, Educação Integral, Revolução Passiva e Intelectual Orgânico, além de contribuições de autores como Marx, Abílio, Freitas, Dejours e Krupskaya. O trabalho visa compreender como a gestão gerencial adotada nas escolas reflete a lógica empresarial, impactando o trabalho docente ao longo do tempo.

A análise revela que os docentes enfrentam dificuldades na organização coletiva e na construção de um movimento de resistência consistente diante das políticas impostas para o Ensino Médio em Pernambuco. Além disso, o autor chega à conclusão de que o empreendedorismo no contexto da política educacional de Ensino Médio em tempo integral atua como elemento de conexão ideológica entre uma linha educacional direcionada para o trabalho alienado, orientada por interesses utilitários e submissa aos interesses do capital no cenário neoliberal. O autor ainda ressalta que essa conexão ideológica se manifesta na submissão à gestão capitalista, na precarização do trabalho e na mercantilização da vida, representadas pelo empreendedorismo. Essa abordagem abrange aspectos formativos da subjetividade, como desenvolvimento intelectual, dimensões socioemocionais, interativas e comunicacionais, e num movimento de disfarce, incorpora temas que visam combater desigualdades estruturais, como meio ambiente, raça, gênero, classe e assistência social.

A dissertação de Bezerra (2022), investigou as configurações e significados das políticas curriculares do novo Ensino Médio em escolas de tempo integral no Agreste pernambucano por meio das disciplinas eletivas, nos discursos e práticas escolares que moldam a política. E faz parte da mesma pesquisa do primeiro artigo, analisado de Almeida, Bezerra e Lins (2023).

Lima e Gomes (2022) examinaram em seu artigo o currículo oficial da Secretaria de Educação do novo Ensino Médio e como a proposta foi recebida nas escolas da rede estadual de Pernambuco por técnicos, gestores e docentes de diferentes mesorregiões do estado. Os resultados do estudo revelam um panorama complexo, marcado por sentimento de insegurança, incerteza e expectativas em relação à efetivação da reforma. As complicações identificadas nos diversos contextos do chão da escola enfatizam as dificuldades práticas e as barreiras enfrentadas durante a implementação inicial da reforma. A referência às “futuras disparidades na formação dessa etapa e na não garantia de equidade aos estudantes” (Lima e Gomes, 2022, p. 315) destaca preocupações quanto aos impactos de longo prazo da reforma. Essa percepção sugere a necessidade contínua de monitoramento e ajustes na implementação para garantir que a reforma não perpetue desigualdades educacionais.

O estudo, ao ser conduzido no período inicial de implementação, oferece uma visão dos desafios emergentes e menciona a dificuldade inicial da rede em sistematizar a política, indicando a complexidade da tradução de políticas educacionais em práticas efetivas.

Em seu estudo, Silva (2021) analisa as determinações da Lei n.º 13.415/2017 na rede de ensino de Pernambuco, os fundamentos que embasam o novo currículo, as medidas voltadas à flexibilização curricular e as consequências para a escolarização no âmbito do Ensino Médio. Utilizando categorias do marxismo, a análise se baseia em documentos oficiais, teses e dissertações relacionadas ao Ensino Médio neste estado. O autor afirma que, apesar de ser uma política curricular recente, a reforma é parte de uma modernização conservadora neoliberal, originada por mudanças graduais desde a década de 1990, moldando institucionalmente um novo modelo de oferta fundamentado no paradigma das aprendizagens flexíveis. Essa constatação revela uma perspectiva histórica que contextualiza a reforma no cenário mais amplo das transformações educacionais. O estudo apresenta dados que questionam a alegação da Secretaria de Educação de que a implementação da reforma do Ensino Médio em Pernambuco está ocorrendo de maneira democrática. E cita os relatos de gestores e professores da rede estadual que revelam muitas “ressalvas” e “insuficiências”, indicando fortemente, conforme o pesquisador, um processo verticalizado de implementação da política.

O estudo de Nogueira (2020) oferece uma perspectiva específica sobre a implementação da contrarreforma do Ensino Médio em Pernambuco, focando

em um projeto-piloto realizado em 20 escolas na rede estadual em 2018 e ampliado para 423 em 2019. E ressalta que a organização do Ensino Médio, com a introdução do projeto, intensificou a flexibilização curricular já existente na rede de ensino de Pernambuco.

A autora investigou as medidas institucionais adotadas pela Secretaria de Educação consoante a Lei n.º 13.415/2017 e examinou as repercussões dessa contrarreforma entre o corpo gestor e docente da rede. A produção dos dados deu-se através da análise documental e entrevistas semiestruturadas. Os resultados da pesquisa revelam uma diversidade de opiniões entre os gestores, alguns com boas expectativas sobre as mudanças e outros que expressam a dificuldade de análise devido ao curto período de implementação do projeto. Os docentes entrevistados destacaram contradições na implementação da reforma, incluindo desafios relacionados à situação dos estudantes trabalhadores, à falta de formação e preparo dos professores, e as alterações que não se alinham com a realidade.

A análise desses resultados sugere que, apesar das manifestações de insatisfação por parte das partes interessadas, o novo Ensino Médio foi implementado mantendo os mesmos determinantes. Essa constatação levanta questões sobre a efetividade do projeto-piloto na avaliação da viabilidade da iniciativa, indicando a continuidade de desafios e contradições na prática educacional em Pernambuco, mesmo após a fase experimental.

Ao analisar os estudos sobre a contrarreforma do Ensino Médio em Pernambuco, identificamos a ausência de análises sobre a efetiva implementação da Lei n.º 13.415/2017 nas escolas estaduais, e em particular nas Escolas Técnicas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. A ausência de estudo até o momento cria uma lacuna significativa, uma vez que essas instituições desempenham um papel fundamental no cenário da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente em contextos de mudanças estruturais como a contrarreforma em questão. Além disso, notamos a ausência de estudos que explorem a percepção dos estudantes, que constituem o público-alvo do novo currículo. A escassez de pesquisa pode ser atribuída à recente implementação da contrarreforma no estado. Em 2024, estamos no terceiro ano de vivência do novo currículo, e em Pernambuco ainda não temos estudantes que concluíram essa etapa no novo formato. Compreender como os alunos vivenciam e interpretam as transformações curriculares e estruturais é fundamental para uma avaliação efetiva da política, visto que suas perspectivas podem oferecer enten-

dimentos importantes sobre a eficácia das mudanças propostas, as adaptações necessárias e o impacto real no processo de escolarização.

Na próxima seção, analisaremos as pesquisas que tratam sobre a percepção de estudantes de outros estados da federação sobre a política.

O NOVO ENSINO MÉDIO NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES

No levantamento dos estudos que abordam a percepção dos discentes diante da implementação do novo Ensino Médio, identificamos 3 dissertações e 1 artigo. Reiteramos, no entanto, que nenhum desses estudos foi conduzido especificamente no estado de Pernambuco.

Quadro 3 - Trabalhos analisados sobre a percepção dos estudantes brasileiros em relação à contrarreforma do Ensino Médio (*continua*)

N	Ano	Autor principal	Título	Tipo	Repositório
1	2020	ZAMAT, Elisa M. M.	A escola em disputa na reforma do Ensino Médio (Lei n.º 13.415/2017): de que falam os estudantes e o MEC?	DISSERTAÇÃO	Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES
2	2020	CIGALES, Marcelo P. <i>et al.</i>	REFORMA DO ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO REMOTA: O QUE PENSAM OS(AS) ESTUDANTES DO DISTRITO FEDERAL?	ARTIGO	Periódicos da CAPES
3	2019	ANDRADE, Nayara	A reforma do ensino médio (lei 13.415/17): o que pensam alunos e professores?	DISSERTAÇÃO	Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES
4	2019	REYES, Lurvin G. T.	AREFORMADO ENSINO MÉDIO: O que pensam os estudantes secundaristas da Escola Estadual Augusto Duprat da Cidade do Rio Grande, RS	ARTIGO	Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES

Fonte: Elaborada pela própria autora (2024)

Em sua pesquisa de mestrado, Zamat (2020) discutiu as aproximações e afastamentos entre duas perspectivas sobre a escola e sua função: a do Ministério da Educação e a dos estudantes de uma escola pública de Ensino Médio da rede estadual de São Paulo. O estudo teve como foco a reforma do Ensino Médio (Lei n.º 13.415/2017), e analisou os possíveis impactos das divergências dessas perspectivas na formação escolar. A autora realizou uma análise

documental com ênfase na dimensão discursiva das propagandas institucionais veiculadas nacionalmente na televisão produzidas pelo Ministério da Educação (MEC) para divulgação da Lei n.º 13.415/2017 e as alterações no Ensino Médio. Em contrapartida, para explorar a perspectiva dos estudantes, adotou a condução de um grupo focal.

Os resultados revelam que as propagandas do MEC carecem de informações relevantes sobre a reforma para os alunos e não são persuasivas quanto às vantagens que ela traria para a formação. Como impacto desse descompasso entre as perspectivas, a autora afirma que pode haver o esvaziamento do conhecimento e na manutenção de injustiças, destacando a possível falta de condições para o exercício da suposta liberdade de escolha promovida pela reforma, bem como a negação do acesso ao pensamento sistematizado nos campos disciplinares.

A partir deste estudo, destacamos a importância crítica da comunicação no cenário educacional, ressaltando a necessidade urgente de um diálogo mais efetivo entre as instituições educacionais e os estudantes.

O estudo conduzido por Cigales (2020) investigou a percepção dos estudantes da rede pública do Distrito Federal em relação à reforma do Ensino Médio e ao ensino remoto implementado durante a pandemia da Covid-19. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários online aplicados a 79 estudantes do primeiro ano do Ensino Médio. Os resultados destacam que os estudantes percebem a proposta do novo currículo como mais atrativa devido à diversificação da oferta educacional. No entanto, muitos apontaram dificuldades na escolha do itinerário formativo na parte diversificada do currículo.

O autor sugere que a resposta positiva dos estudantes em relação às mudanças curriculares pode estar associada ao fato de que, no momento da pesquisa, a reforma estava em fase parcial de implementação. Nessa fase, foram introduzidas apenas disciplinas eletivas e de projeto de vida no currículo. O autor também observa que muitos estudantes afirmaram sentir-se bem informados sobre a reforma, e essa percepção pode ser influenciada por um discurso disseminado na mídia, associado à gestão educacional dos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2018-2022). Ele enfatiza ainda a importância de investigar a comunicação nas escolas e entre os diferentes níveis de gestão em pesquisas futuras.

A dissertação de Andrade (2019) analisou as percepções de alunos e professores em escolas públicas e privadas de Jaboticabal-SP sobre as neces-

sidades de mudanças para construir um ensino de qualidade, alinhadas com a Lei n.º 13.415/17. O estudo parte do pressuposto da importância de uma educação democrática, onde cidadãos com formação crítica possam contribuir para a construção de um Ensino Médio alinhado às reais necessidades da sociedade. A pesquisa empregou questionários distribuídos para 64 alunos e 12 professores em três escolas de diferentes perfis (pública regular, pública de ensino técnico e privada) em três municípios do interior de São Paulo. Os participantes foram indagados sobre a participação na elaboração da lei, o conhecimento das propostas, conformidade com as mudanças, canal de comunicação para obter informações e a opinião sobre profissionais com notório saber darem aulas.

Os resultados apontam para a ausência de participação dos entrevistados em consultas públicas para a construção das propostas da lei. Apesar da intensa divulgação massiva na mídia, alunos e professores mostram discordâncias em relação às propostas da reforma, especialmente em relação às alterações curriculares que não abordam questões como infraestrutura, valorização docente e formação integral. A maneira que a reforma foi implementada na sociedade capitalista é criticada, apontando para a formação das classes menos favorecidas como mão de obra barata, afastando os jovens da escola pública de uma formação integral e aumentando a disparidade entre o Ensino Médio público e privado. Conclui-se que a reforma não democratiza o acesso ao conhecimento na escola pública, prejudicando um projeto de qualidade na educação.

Reyes (2019) examinou em sua dissertação as perspectivas dos estudantes do Ensino Médio em uma escola estadual de Rio Grande–RS em relação às mudanças propostas pela Reforma do Ensino Médio no Brasil, antes de sua implementação. Os dados foram obtidos por meio de grupos focais e questionários aplicados a 61 estudantes secundaristas.

Os resultados indicaram que os professores foram a principal fonte de informação, seguidos por propagandas oficiais. Os alunos manifestaram descontentamento com as propagandas, percebendo-as como enganosas e incompletas. Discordaram da obrigatoriedade de Português e Matemática nos três anos, assim como da proposta de ensino à distância. Associaram a retirada de disciplinas como Filosofia e História ao controle estatal sobre a população. Em relação às condições da escola, acreditaram que os recursos públicos são insuficientes para garantir a implementação da reforma. Quanto à dualidade do ensino, expressaram preocupações sobre a profissionalização compulsória, a

redução de oportunidades no Ensino Superior e as limitações no desenvolvimento social, resultando em mão de obra não qualificada para o setor produtivo.

Diante das análises apresentadas, fica evidente que os estudos convergem em apontar desafios e preocupações significativas relacionadas à contrarreforma do Ensino Médio no Brasil, sob a égide da Lei n.º 13.415/2017. Assim, as análises reforçam a importância crítica de repensar e ajustar as políticas educacionais, considerando não apenas a dimensão curricular, mas também as condições estruturais das escolas, a participação efetiva dos envolvidos e a comunicação transparente.

Na próxima seção, faremos uma breve análise sobre as últimas alterações na reforma, que altera o Novo Ensino Médio a partir do ano de 2025.

O PROJETO DE LEI 5.230/2023, A PROMULGAÇÃO DA LEI 14.945/2024 E AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO

Em abril de 2023, após o retorno da esquerda à presidência e diante dos desafios enfrentados na implementação, bem como da crescente pressão popular pela revogação da contrarreforma, o governo liderado por Luiz Inácio da Silva optou por abrir uma consulta pública e suspender o cronograma de implementação do novo Ensino Médio por 60 dias, especialmente no que diz respeito ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Durante esse período, nas escolas, nenhuma alteração foi realizada, uma vez que a política já estava em processo de implementação desde o início de 2022.

No mês de outubro do mesmo ano, o governo federal submeteu ao Congresso o Projeto de Lei 5230/2023, que propôs uma revisão da Política Nacional de Ensino Médio do Brasil. Nessa ocasião, o deputado federal Mendonça Filho foi designado pelo presidente da Câmara para ser o relator do projeto. O que, segundo Frigotto e Oliveira (2023) foi considerado um golpe fatal, pois Mendonça Filho ocupou o cargo de Ministro da Educação no governo Temer e foi um dos principais impulsionadores da contrarreforma de 2017.

A proposta original do governo restabelece as 2.400 horas anuais para a formação geral básica do Ensino Médio regular. Para o Ensino Médio Integrado, a carga horária pode variar de 1.800 a 2.100 horas, com pelo menos 800 horas dedicadas à educação profissional.

Além disso, os itinerários formativos passam a ser chamados de “Percurso de Aprofundamento e Integração de Estudos”, os quais combinam, no mínimo, três áreas do conhecimento. Os sistemas de ensino devem garantir que todas as escolas de Ensino Médio ofereçam, pelo menos, dois percursos formativos distintos. O texto também prevê que o Ministério da Educação (MEC) definirá, por meio de regulamento, parâmetros nacionais para a organização interna de cada um dos percursos de aprofundamento. Conforme o projeto original, a formação geral básica assegurará a oferta dos seguintes componentes curriculares: língua portuguesa e suas literaturas, língua inglesa, língua espanhola, arte em suas múltiplas linguagens e expressões, educação física, matemática, história, geografia, sociologia, filosofia, física, química e biologia.

O Projeto foi enviado para a Câmara dos Deputados no dia 20 de março de 2024, tendo sido aprovado na forma de um substitutivo do relator e seguiu para aprovação no Senado, onde também passou por alterações. No dia 31 de julho de 2024, o presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 14.945/2024, que institui a Política Nacional de Ensino Médio. A nova legislação, que entrará em vigor em 2025, modifica a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e revoga parcialmente a Lei nº 13.415/2017, relacionada à reforma do ensino médio. O texto aprovado estabelece que até o final de 2024 serão desenvolvidas novas diretrizes nacionais para aprofundar as áreas de conhecimento, e as escolas deverão implementar todas as regras a partir de 2025. Para os alunos que já estiverem cursando o Ensino Médio, haverá uma transição para as novas normas (Agência Câmara de Notícias, 2024).

Apesar de alguns avanços em relação à Lei n.º 13.415/2017, o debate em torno da reformulação do novo Ensino Médio revela, mais uma vez, um cenário de conflito na educação brasileira. O projeto aprovado em forma de substitutivo retomou vários pontos que haviam sido alterados pelo projeto de lei original, mas que ainda não solucionaram muitas das questões críticas decorrentes do desmonte da educação pública perpetrado pela Lei n.º 13.415/2017.

Um dos retrocessos é a continuidade dos itinerários formativos, que, apesar de terem uma carga horária reduzida, permanecem desconectados da formação geral básica. Embora tenha ocorrido um aumento na carga horária para essa formação, estipulando um mínimo de 2400 horas, o texto propõe essa quantidade apenas para o Ensino Médio regular. Para o Ensino Médio Integrado, há a possibilidade de uma redução de até 600 horas, totalizando 1800 horas

para a base comum. Essa disparidade pode perpetuar desigualdades e comprometer a qualidade da formação integral dos estudantes. Outro retrocesso foi a exclusão obrigatória de oferta da Língua Espanhola na base comum. Além disso, a retomada da contratação de professores pelo critério do “notório saber” não assegura a formação adequada e qualificada dos docentes, enquanto o aproveitamento de experiências extraescolares pode representar um retrocesso significativo na qualidade da formação profissional. Essas medidas precarizam o Ensino Médio Integrado e vão de encontro a uma proposta de formação integral.

É notório que a “reforma da reforma” do novo Ensino Médio terá um impacto negativo, principalmente aos filhos da classe trabalhadora, que constituem a maioria dos estudantes das escolas públicas do país. Cássio (2024) destaca que, apesar da implementação em larga escala do NEM nas redes estaduais ter iniciado em 2022, os defensores do modelo de Ensino Médio do governo Temer restringiram as pesquisas de opinião com os ingressantes, que estavam ansiosos pelas possibilidades do currículo flexível, negligenciando a avaliação daqueles que realmente vivenciaram a experiência escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os diversos estudos referentes à reforma do Ensino Médio, percebemos uma convergência marcante na postura crítica adotada por pesquisadores e participantes (discentes, docentes e demais profissionais da educação). No entanto, em se tratando do contexto no estado de Pernambuco, é válido ressaltar que a maioria das análises foi realizada em momentos anteriores ou nas fases iniciais da implementação efetiva da reforma. O que destaca uma lacuna e indica a necessidade de uma análise aprofundada do contexto atual pós-implementação.

Também não foram identificadas pesquisas nas Escolas Técnicas Estaduais com o novo Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, assim como, não foram encontradas análises das percepções dos estudantes sobre a vivência da implementação da reforma no estado. A falta de escuta e a limitada participação dos alunos nas discussões e implementações de reformas curriculares surgem como uma lacuna crítica nas políticas públicas e no sistema educacional em sua totalidade.

Compreender suas perspectivas e envolvê-los ativamente na elaboração e execução dos currículos emerge como um elemento de democracia para imple-

mentar mudanças significativas na educação. Os estudantes não são receptores passivos, mas atores centrais nesse complexo processo. A carência de análises aprofundadas na atual fase pós-implementação não apenas destaca a falta de compreensão essencial, mas também destaca a necessidade urgente de incorporar ativamente as vozes dos discentes e promover uma participação ativa e informada nesse processo.

Ademais, é imprescindível reconhecer o currículo como uma construção social e uma ferramenta de luta e resistência contra a força hegemônica que perpetua as desigualdades sociais. A sua elaboração e implementação não deve ser reflexo de estruturas dominantes, mas sim expressões da diversidade, fomentando uma educação contra-hegemônica. Nesse contexto, os estudantes desempenham um papel de base, como agentes ativos na construção de políticas que desafiem paradigmas, promovam igualdade e fortaleçam as comunidades educativas. Tal enfoque, não apenas reflete uma visão mais democrática e inclusiva da educação, como também fortalece a resistência contra narrativas e práticas opressivas.

Desta forma, concluímos este debate, cientes de que há muito a ser explorado e que esta temática não se esgota. Enfatizamos novamente a relevância de ouvir as experiências reais, concretas, vivenciadas no cotidiano da escola pública, sobre os impactos dessa reforma que redefine a formação e, por conseguinte, o destino dos nossos jovens.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Câmara dos Deputados aprova nova reforma do ensino médio**. Brasília, 2024. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/1045654-camara-dos-deputados-aprova-nova-reforma-do-ensino-medio>>. Acesso em 17 de abril de 2024.

ALMEIDA, L. A. A.; BEZERRA, A. A.; LINS, C. P. A. Políticas curriculares no novo Ensino Médio de Pernambuco: sentidos constituídos em disciplinas eletivas. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 30, e14352, 2023.

ANDRADE, N. **A reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/17)**: o que pensam alunos e professores? 2019. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ensino e Processos Formativos, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas,

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Jaboticabal, São Paulo, 2019.

BARBOSA, L. **A formação para o empreendedorismo na política educacional de Ensino Médio em Pernambuco e suas mediações com a hegemonia neoliberal.** 2023. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Recife, 2023.

BEZERRA, A. **POLÍTICAS DE REFORMULAÇÕES CURRICULARES PARA/NO ENSINO MÉDIO:** configurações e sentidos de itinerários formativos a partir da Lei 13.415/2017 em escolas em tempo integral no Agreste Pernambucano. 2022. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, 2022.

CASSIO, F. **A reforma do ensino médio e seus eufemismos.** CartaCapital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/a-reforma-do-ensino-medio-e-seus-eufemismos/>>. Acesso em 17 de abril de 2024.

CIGALES, M. et al. REFORMA DO ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO REMOTA: O QUE PENSAM OS(AS) ESTUDANTES DO DISTRITO FEDERAL? **Revista Novos Rumos Sociológicos**, v.8, n.º14, ago/dez/2020.

FRIGOTTO, G.; OLIVEIRA, T. **A tentativa de remendo ao Projeto de Lei do Novo Ensino Médio:** traição à juventude da escola pública e à nação brasileira. Brasil de Fato, São Paulo, 19 de dezembro de 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/19/tentativa-de-remendo-ao-pl-do-novo-ensino-medio-traicao-a-juventude-da-escola-publica-e-a-nacao-brasileira>>. Acesso em 27 de janeiro de 2024.

LIMA, M.; GOMES, D. Novo Ensino Médio em Pernambuco: construção do currículo a partir dos itinerários formativos. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.16, n.35, p. 315-336, mai./ago.2022.

NOGUEIRA, J. **A Contrarreforma do Ensino Médio em Tempos de Refuncionalização do Estado Brasileiro (Lei 13.415/2017):** desdobramentos na rede estadual de Pernambuco e suas implicações ao processo de escolarização. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Recife, 2022.

REYES, L. **A reforma do ensino médio**: o que pensam os estudantes secundaristas da Escola Estadual Augusto Duprat da Cidade de Rio Grande, RS. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2019.

SANTOS, S. **A dualidade na educação brasileira a partir da contrarreforma do Ensino Médio de 2016/2017**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

SILVA, J. A. A. Reforma do Ensino Médio em Pernambuco: A Nova Face da Modernização-Conservadora Neoliberal. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 39, p. 82-105, 2021.

VICENTE, G. M. **“Novo” ensino médio**: a escolha dos itinerários formativos nas escolas públicas estaduais de alguns municípios do Agreste pernambucano. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Química-Licenciatura) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2024.

ZAMAT, E. **A escola em disputa na reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017)**: o que falam os estudantes e o MEC?. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Formação, Currículo e Práticas Pedagógicas, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.